RELATÓRIO DE ATIVIDADES

E CONTAS

2020

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020

Criada em 2005, a Fundação Ernesto Roma é uma instituição sem fins lucrativos que nasce da vontade de implementar uma vertente dedicada à educação da pessoa com diabetes, à prevenção e consciencialização da sociedade sobre a diabetes e ao apoio à investigação e à formação contínua de profissionais de saúde.

A Fundação Ernesto Roma é também uma homenagem ao criador da Diabetologia Social e fundador da Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal (APDP).

De forma a concretizar a sua missão e apesar de 2020 ser um ano perfeitamente atípico, devido à pandemia derivado do vírus COVID 19, a Fundação financiou as seguintes atividades:

• No âmbito de apoio à formação da APDP para pessoas com diabetes e familiares a Fundação financiou os seguintes cursos para um total de 172 pessoas:

- Pais de crianças com diabetes tipo 1;
- Encontro de pais do núcleo jovem da APDP;
- Encontro do núcleo jovem da APDP;
- Sessões educativas param pessoas com diabetes tipo 1, em zoom;
- Sessões educativas param Pessoas com diabetes tipo2, em zoom;
- Diabetes (em) caminhada";
- Sábados desportivos

• No âmbito da formação de bombas de insulina, a Fundação financiou cursos para um total de 132 pessoas;

• No âmbito de formações para a comunidade escolar, a Fundação financiou cursos, on line e presencial para um total de 155 pessoas;

• Continuou a apoiar a organização, preservação e divulgação do acervo documental da Biblioteca da APDP, tendo como objetivo a divulgação ao público, a disponibilização aos investigadores, assim como avivar a memória de Ernesto Roma.

• Manteve o apoio à formação de profissionais de saúde na área da Diabetologia e Educação Terapêutica, nomeadamente profissionais da APDP.

• Prosseguiu com a atividade de promoção da luta contra a Diabetes e de recolha de fundos através da Campanha "100 Mecenas Unidos pela Diabetes".

• Colaborou na elaboração dos seguintes projetos da APDP submetidos a financiamento ao abrigo do RAAML da Câmara Municipal de Lisboa:

o Inclusão Global – Facilitação do acesso integral de migrantes aos cuidados de saúde na diabetes;

o Prevenção das amputações, através do apoio social domiciliário.

• Colaborou no relatório final do Projeto da APDP "Prevenção das amputações, através do apoio social domiciliário" que foi implementado no ano de 2020.

• Participou no projeto que se candidatou ao "Prémio Valor Social da CEPSA".

• Elaborou a candidatura da Linha de Apoio da APDP ao Prémio Manuel António da Mota, tendo recebido menção honrosa.

• Colaborou na produção de materiais gráficos e audiovisuais para o projeto da APDP "Diabetes + Simples"

• Criou a exposição itinerante "Uma visita à História da Diabetes no Centenário da Descoberta da Insulina".

• Organizou o roteiro da exposição itinerante das comemorações do "Centenário da Descoberta da Insulina, 1921-2021", cuja inauguração teve lugar no átrio da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, proporcionado às pessoas uma visita à história da diabetes através de 20 painéis luminosos, que correm a história da diabetes desde 1550 A.D. até à atualidade. Esta exposição seguirá para todas as universidades de Medicina do continente e para os Hospitais centrais da madeira e Açores.

• Estabeleceu contactos com possíveis patrocinadores para a realização das comemorações do "Centenário da descoberta da insulina, 1921-2021".

• Organizou e enviou todo o mailing de divulgação das "Centenário da Descoberta da Insulina, 1921-2021".

• Estruturou a página oficial das "Centenário da Descoberta da Insulina, 1921-2021" – www.100anosinsulina.pt.

• Apoiou a comunicação da Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal (APDP), nomeadamente:

- Articulação com os diferentes fornecedores da área da comunicação: Agência de Comunicação HK, Editora Iluminar Media e *Follow* Reference (*websi*te).
- Planeamento e apoio na definição de informação relevante para comunicados de imprensa.
- Planeamento e produção de conteúdos para a seção "Acontece na APDP" da revista trimestral "Diabetes – Viver em Equilíbrio". Revisão da revista antes da sua publicação.
- Planeamento e produção de conteúdos para a *Newsletter* mensal da APDP.
- Produção e publicação de conteúdos no portal www.apdp.pt.
- Produção de conteúdos editoriais para artigos a publicar em jornais, revistas e meios digitais.
- Produção e publicação de conteúdos, gestão diária da página do *Facebook*.

• Implementou a campanha do Dia Mundial da Diabetes 2020, dedicado aos enfermeiros.

• Apoiou a realização do vídeo institucional "95 anos APDP".

• Criou a seção de webinars da plataforma Zoom da APDP e apoiou a realização de webinars da APDP, na gestão do backoffice para transmissão direta no Facebook.

• Implementou a campanha de prevenção da gripe e da pneumonia da APDP.

• Implementou a campanha de consignação do IRS da APDP.

• Apoiou as relações institucionais da APDP com os órgãos governativos.

• Redigiu, divulgou e entregou no Parlamento a petição "Quantos somos com diabetes tipo 1?".

• Atualizou a página do *Facebook* da Fundação;

• Contactou todos os Mecenas para renovação de parceria relativa à "Campanha 100 Mecenas – Unidos pela diabetes";

• Elaborou todas as atas das reuniões de Direção, Financeira e Curadores.

• Manteve toda a organização, tesouraria, pagamentos e faturação da Fundação

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Enquadramento e Introdução

O esforço desenvolvido pela Fundação Ernesto Roma ao longo do ano de 2020 orientou-se no sentido de continuar o trabalho de enquadramento da sua atividade, para a prossecução dos objetivos traçados nos seus estatutos.

2. Atividade Desenvolvida

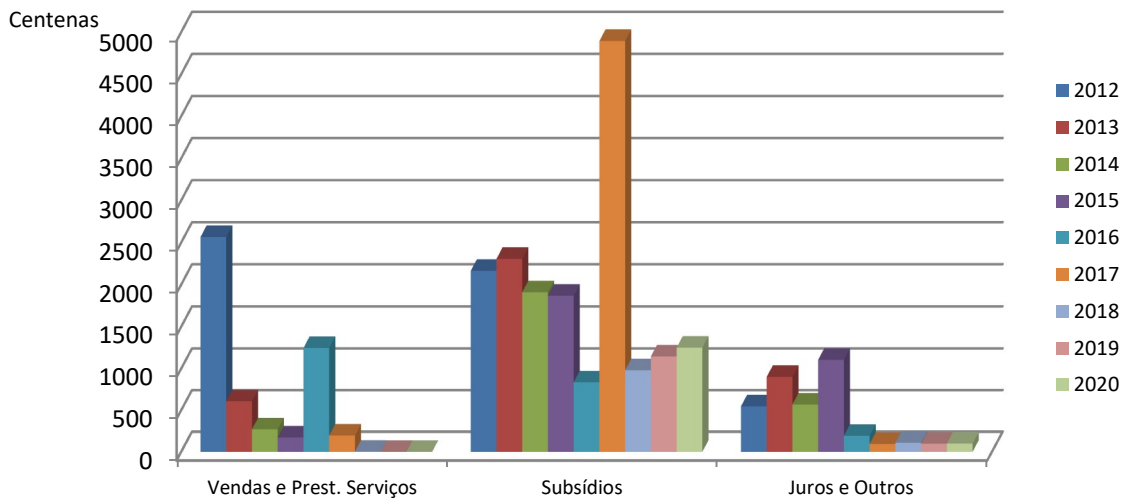
As receitas do exercício atingiram o valor de 135.121,22€, apresentando um acréscimo de 8,6% face ao ano 2019.

Este valor desdobra-se entre os Subsídios e Donativos, de 125.068€ e o rendimento de aplicações financeiras, nomeadamente da Caixa Geral de Depósitos, com 9.994€.

No que respeita a gastos do exercício, estes totalizaram 146.581€, pertencendo 41% deste valor aos Gastos com Pessoal e 41% aos Fornecimentos e Serviços Externos.

O gráfico seguinte reflete a distribuição do total de receitas obtidas pela Fundação no ano 2020 e compara-as com o ano 2019, 2018, 2017, 2016, 2015, 2014, 2013 e 2012:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Vendas e Prest. Serviços	256 599€	60 745€	27 022€	17 360€	124 686€	19 574€	200€	0€	0€
Subsídios	216 417€	230 599€	190 802€	186 880€	83 470€	489 500€	98 040€	114 670€	125 068€
Juros e Outros	54 699€	90 085€	56 791€	110 627€	19 293€	9 408€	10 934€	9 701€	10 054€
TOTAL	527 715€	381 429€	274 615€	314 867€	227 449€	518 482€	109 174€	124 371€	135 121€



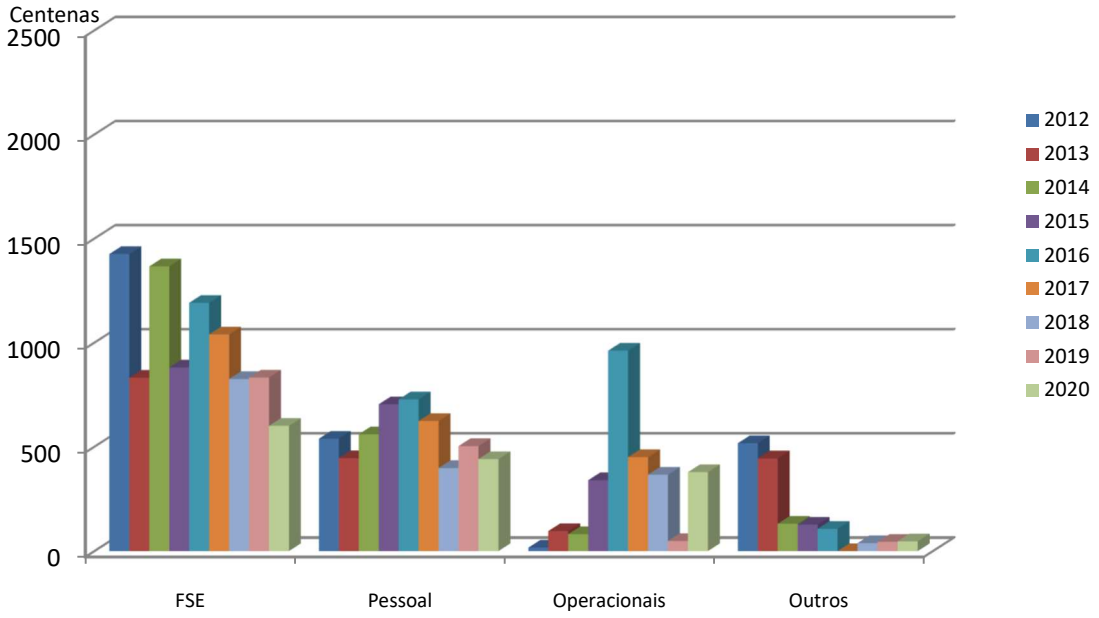
No que respeita a gastos do exercício, estes totalizaram 146.581€, pertencendo 41% deste valor aos Gastos com Pessoal e 41% aos Fornecimentos e Serviços Externos.

Por outro lado, os gastos atingiram os 152.672 euros, o que representa um acréscimo de 6,9% face a 2019.

Os gastos com pessoal decresceram 14,2%, tendo atingido os 44.048€ quando, em 2019, apresentaram o valor 50.310€.

Destacamos alguns desses custos:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
FSE	142 566€	83 159€	136 622€	88 052€	119 124€	103 919€	82 517€	83 235€	61 114€
Pessoal	53 837€	44 514€	55 997€	70 380€	72 723€	62 350€	39 775€	50 310€	44 048€
Operacionais	1 656€	9 606€	8 093€	33 949€	96 137€	44 998€	36 606€	4 835€	42 821€
Outros	51 683€	44 382€	13 095€	12 626€	10 666€	0€	3 847€	4 434€	4 690€
TOTAL	249 741€	181 661€	213 806€	205 007€	298 649€	211 268€	162 745€	142 813€	152 672€



3 – Aplicação de Resultados

Como resultado do confronto entre as receitas e as despesas, a Fundação obteve um resultado líquido negativo de 17.551,15€. A Direção propõe que o resultado líquido seja transferido para resultados transitados.

4 - Factos ocorridos após o termo do exercício

Em Janeiro de 2021 foi, à semelhança de Março de 2020, decretado o estado de emergência em Portugal devido à pandemia de Covid-19, tendo a Fundação sido obrigada, através de decreto governamental, a encerrar algumas das suas valências.

Até à data não nos foi possível quantificar os prejuízos e o impacto que tais medidas irão provocar nas contas da instituição em 2021.

5 - Considerações

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Mecenas, Fornecedores e Credores, porque a eles se deve muito do nosso crescimento e desenvolvimento das nossas atividades.

Aos nossos Colaboradores também não queríamos deixar de enviar uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental ao crescimento sustentado da Fundação no presente e futuro.

Apresentam-se, junto, as demonstrações financeiras relativas ao exercício económico findo.

Lisboa, 18 de Maio de 2021

A Direção

_____

_____

_____

_____

_____

MAPAS DE GESTÃO

BALANÇO 2020

Rubricas	Notas	2020	2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	11 779,88	11 501,35
Investimentos financeiros		848,05	791,83
Subtotal		12 627,93	12 293,18
Activo corrente			
Inventários	6	9 421,65	6 831,59
Créditos a receber	13	6 150,00	5 000,00
Diferimentos	14	231,84	217,35
Outros ativos correntes	9	489 017,21	489 017,21
Caixa e depósitos bancários	4	2 013 204,54	2 026 879,53
Subtotal		2 518 025,24	2 527 945,68
Total do activo		2 530 653,17	2 540 238,86
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	2 257 054,47	2 257 054,47
Resultados transitados	15	273 854,19	292 303,41
Subtotal		2 530 908,66	2 549 357,88
Resultado liquido do exercicio	15	-17 551,15	-18 449,22
Total do capital próprio		2 513 357,51	2 530 908,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes publicos	8	13 132,97	1 131,74
Financiamentos obtidos		0,00	864,63
Diferimentos	14	3 130,88	5 033,86
Outros passivos correntes		1 031,81	2 299,97
Subtotal		17 295,66	9 330,20
Total do Passivo		17 295,66	9 330,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 530 653,17	2 540 238,86

A Contabilista Certificada: Ana Tavares

A Direção:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 2020

Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Subsídios, doações e legados à exploração		125 067,70	114 669,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-3 344,69	-561,91
Fornecimentos e serviços externos	10	-61 113,83	-83 234,53
Gastos com o pessoal	11	-44 047,62	-50 309,82
Outros rendimentos	17	59,93	
Outros gastos	12	-39 476,48	-4 272,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-22 854,99	-23 709,46
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-4 689,75	-4 434,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-27 544,74	-28 143,67
Juros e rendimentos similares obtidos		9 993,59	9 701,35
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-17 551,15	-18 442,32
Impostos sobre o rendimento do periodo			
Resultado liquido do periodo		-17 551,15	-18 442,32

A Contabilista Certificada: Ana Tavares

A Direção:

_____

_____

_____

_____

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

As notas que se seguem constituem uma compilação das divulgações exigidas nos diversos capítulos que integram a Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo. As notas não mencionadas não se aplicam à entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes para a leitura das demonstrações financeiras em anexo.

1. Identificação da entidade:

1.1. Fundação Ernesto Roma

1.2. Rua Rodrigo da Fonseca, 1, Lisboa

1.3. Natureza da atividade: Fundação com actuação na área da diabetes

2. Referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras:

2.1. O referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras foi o da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), a saber:

a) DL 36-A/2011 e DL 98/2015: Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras;

b) Portaria 220/2015: Modelos de Demonstrações Financeiras;

c) Portaria 218/2015: Código de Contas;

d) Aviso 8259-B/2015: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras de 2020 foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF,) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros activos correntes” ou “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, tendo a entidade adotado o SNC-ESNL pela primeira vez em 2012.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

Como já referido, ainda que a entidade tenha adotado o SNC-ESNL pela primeira vez em 2012, as Demonstrações Financeiras permitem a comparação de todas as quantias com respeito ao período anterior.

3.2. Outras políticas Contabilísticas Relevantes

(a) Rédito

As Prestações de Serviços são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

(b) Operações em moeda diferente da moeda de relato (€uro)

O €uro é a moeda funcional e de relato. A Entidade, no período de relato em causa, apenas efetuou operações ocorridas em €uros.

(c) Custos de empréstimos obtidos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

(d) Subsídios públicos

Os subsídios públicos foram reconhecidos após existir a segurança que:

- A Entidade cumprirá as condições a eles associadas;

- Os subsídios serão recebidos.

Não há diferenças temporárias reversíveis em impostos sobre lucros que, a propósito desses subsídios, gerem o reconhecimento de impostos diferidos.

(e) Benefícios dos empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

A Entidade não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

(f) Impostos sobre o rendimento

A entidade, no período de relato em causa, é isenta de imposto sobre o rendimento nas atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatuários, rendimentos de capitais, rendimentos prediais e ganhos de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais a partir do exercício de 1999, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (10 anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais dos exercícios de 2017 a 2020 poderão vir a ser sujeitas a revisão, mas a direção da Entidade acredita que, se porventura existirem correções futuras, estas não serão de grande significado.

(g) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade registadas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

(h) Justo valor Ativos Fixos Tangíveis

Para a generalidade dos ativos da Entidade não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

(i) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

(j) Inventários

Os inventários estão evidenciados no balanço pelo mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de acordo com a revisão que, no fim de cada período de relato, foi efetuada à sua quantia recuperável em face das condições de mercado.

(k) Créditos a receber e outros ativos correntes

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de Créditos a receber e outros ativos de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

(l) Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efetivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10.

(m) Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

(n) Investimentos financeiros ativos

O fundo de compensação do trabalho está mensurado ao custo de aquisição.

3.3. Juízos de valor

Na preparação das demonstrações financeiras, a Direção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Direção situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade.

Contudo, e por em Janeiro de 2021, ter sido decretado o estado de emergência em Portugal devido à pandemia de Covid-19, foi a instituição obrigada, através de decreto governamental, a encerrar algumas das suas valências, o impacto nas contas de 2021 irá ter grandes proporções, ainda não quantificadas.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Direção teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afetam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os ativos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspetos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efetuadas.

4. Fluxos de Caixa:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS CONSTANTES DO BALANÇO	31.12.2020			31.12.2019		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
CAIXA	10,17		10,17	10,17		10,17
DEPÓSITOS BANCÁRIOS						
Depósitos à Ordem	1 358 912,33		1 358 912,33	1 372 785,34		1 372 785,34
Depósitos a prazo	654 342,04		654 342,04	654 084,02		654 084,02
	2 013 254,37	0,00	2 013 254,37	2 026 869,36	0,00	2 026 869,36
OUTROS EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00		0,00			0,00
TOTAIS	**2 013 264,54**	**0,00**	**2 013 264,54**	**2 026 879,53**	**0,00**	**2 026 879,53**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Directo)

RUBRICAS	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		130 810,00	139 320,00
pagamentos de subsídios		-33 982,50	0,00
Pagamentos a fornecedores		-78 990,74	-97 532,03
Pagamentos ao pessoal		-33 176,93	-50 309,82
Caixa geradas pelas operações		-15 340,17	-8 521,85
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-3 148,73	-9 902,86
Fluxos das actividades operacionais (1)		-18 488,90	-18 424,71
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-4 968,28	-3 358,75
Investimentos financeiros		-211,40	-257,72
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		9 993,59	9 701,35
Fluxos das actividades de investimento (2)		4 813,91	6 084,88
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos			
Doações			
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-13 674,99	-12 339,83
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 026 879,53	2 039 219,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 013 204,54	2 026 879,53

A Contabilista Certificada: Ana Tavares

A Direção:

_____

_____

_____

_____

5. O movimento ocorrido na rubrica de ativos fixos e respetivas depreciações e amortizações foi o seguinte:

ACTIVOS FIXOS					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. e abates	Saldo final
Activos Fixos Tangíveis:					
Edifícios e out. construções	3 186,93				3 186,93
Equipamento básico	69 836,51				69 836,51
Equipam. Administrativo	31 239,99	4 968,28			36 208,27
Outros activos fixos tangíveis	6 674,72				6 674,72
	110 938,15	**4 968,28**	**0,00**	**0,00**	**115 906,43**

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES					
Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Reforço	Regularizações	Saldo final
Activos Fixos Tangíveis:					
Edifícios e out. const.	1 341,18		307,62		1 648,80
Equipamento básico	63 954,69		1 941,92		65 896,61
Equipam. administrativo	30 263,07		1 889,94		32 153,01
Outros activos fixos tangíveis	3 877,86		550,27		4 428,13
	99 436,80	**0,00**	**4 689,75**	**0,00**	**104 126,55**

Não existem restrições de titularidade.

6. Inventários:

A fórmula ou método de custeio utilizada na mensuração de inventários é o custo de aquisição.

	31.Dez.20	31.Dez.19
Mercadorias	9 421,65 €	6 831,59 €
	9 421,65 €	**6 831,59 €**

7. Custo das Matérias-Primas Consumidas:

	31-Dez.20	31-Dez.19
Existência Inicial	6 831,59 €	- €
Compras	5 934,75 €	7 393,50 €
Existência Final	9 421,65 €	6 831,59 €
Custo das Matérias Consumidas	**3 344,69**	**561,91**

8. Estado e Outros Entes Públicos:

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a conta Estado e Outros Entes Públicos, no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez.20	31-Dez.19
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
	0,00	**0,00**
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	600,88	247,69
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	11 960,00	0,00
Segurança Social	572,09	884,05
	13 132,97	**1 131,74**

Não existem dívidas em mora ao Estado.

9. Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez.20	31-Dez.19
Ativos detidos CGD	489 000,00	489 000,00
Outros	17,21	17,21
	489 017,21	**489 017,21**

10. Fornecimentos e Serviços Externos:

A repartição dos fornecimentos e serviços externos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, foi conforme segue:

	31.Dez.20	31.Dez.19
Subcontratos	6 233,70	6 227,41
Trabalhos especializados	6 254,08	15 471,15
Honorários	17 065,29	13 679,03
Conservação e reparação		
Serviços bancários	734,10	563,03
Materiais	1 466,62	2 180,23
Deslocações e estadas	259,06	6 135,55
Energia e fluídos	14 680,68	17 135,48
Serviços diversos		
comunicação	6 495,92	5 610,03
publicidade e propaganda	2 209,84	9 083,64
limpeza, higiene e conforto	5 650,70	5 360,03
outros	63,84	1 788,95
	61 113,83	**83 234,53**

11. Gastos com o Pessoal:

A repartição dos gastos com o pessoal, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi conforme segue:

	31.Dez.20	31.Dez.19
Remunerações dos orgãos sociais	6 000,00	6 000,00
Remunerações do pessoal	30 583,29	35 187,45
Encargos sobre remunerações	7 252,33	8 696,39
Seguros	212,00	425,98
	44 047,62	**50 309,82**

12. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, foram como segue:

	31.Dez.20	31.Dez.19
Quotizações	388,20	818,28
Correções exercícios anteriores	5 105,78	2 554,31
Subsídios concedidos	33 982,50	-
Outros gastos e perdas	-	900,20
	39 476,48	**4 272,79**

13. Créditos a receber

A repartição dos créditos a receber, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi conforme segue:

	31.Dez.20	31.Dez.19
Clientes/ Utentes c/c	6 150,00	5 000,00
	6 150,00	**5 000,00**

14. Diferimentos

A rubrica de diferimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, desdobra-se como segue:

	31.Dez.20	31.Dez.19
Activo		
Seguros	231,84	217,35
	231,84	**217,35**
Passivo		
Férias e Sub. Férias a pagar	3 130,88	5 033,86
	3 130,88	**5 033,86**

15. Fundos Patrimoniais e Resultado Líquido do Exercício

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os saldos destas rubricas apresentavam-se como segue:

	31.Dez.20	31.Dez.19
Fundos	2 257 054,47	2 257 054,47
Resultados transitados	273 854,19	292 303,41
Excedentes de valorização		
Perdas por imparidade acumuladas		
	2 530 908,66	**2 549 357,88**
Resultado Líquido do Exercício	-17 551,15	-18 449,22
	-17 551,15	**-18 449,22**

16. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Já no exercício de 2021, em Janeiro, foi decretado o estado de emergência em Portugal devido à pandemia de Covid-19, tendo sido imposto à Fundação Ernesto Roma, através de decreto governamental, o encerramento temporário de algumas das suas valências.

O impacto nas contas de 2021 ainda não está quantificada à data de emissão deste relatório.

17. Outras Considerações

Não há litígios contra a Fundação Ernesto Roma que importem em responsabilidades e que devam constar nas demonstrações financeiras ou ser objeto de divulgação no Anexo.

Lisboa, 18 de Maio de 2021

A Contabilista Certificada

A Direção

_____

_____

_____

_____